

Denúncia. Evento em que situação das cadeias capixabas será discutida acontecerá na próxima semana

Governo admite que situação dos presídios provoca desgaste

Estado será tema de evento paralelo à reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

GERALDO NASCIMENTO
gnascimento@redgazeta.com.br

■ O secretário estadual de Justiça, Ângelo Roncalli, admitiu, ontem, que as denúncias de violação de direitos humanos em presídios do Estado que serão levadas às Nações Unidas trazem desgaste ao Estado e ao país. O tema será debatido em um evento durante a reunião do Conselho de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, com participantes de várias partes do mundo. O encontro que tem o Espírito Santo como tema é paralelo à reunião do conselho, não tem um caráter deliberativo - não devem sair punições ao país como conclusão -, e será realizado na próxima semana.

As denúncias a serem apresentadas em Genebra são conhecidas do governo federal e do Ministério Público Federal (MPF) e chegaram à ONU depois que os representantes de direitos humanos e das organizações não governamentais (ONGs) que promovem o evento paralelo na Suíça - Conectas e Justiça Global - entenderam que não houve mudança no sistema prisional do Estado. Roncalli considera a avaliação injusta diante do trabalho que garante que vem sendo feito.

A informação sobre a mesa-redonda a respeito dos presídios do Espírito Santo ganhou destaque no último final de semana, na coluna do jornalista Elio Gaspari, que foi publicada nos jornais O Globo e Folha de São Paulo e que relatou mortes por esgarçamento nos presídios - alguns deles noticiados

AD15.288

“Consideramos essa questão uma injustiça com o Espírito Santo, por tudo que o Estado está fazendo”

ÂNGELO RONCALLI
SECRETÁRIO DE JUSTIÇA

por A GAZETA.

O encontro na Suíça contará com o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Bruno Alves de Souza Toledo, e o secretário Ângelo Roncalli, que foi convidado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O secretário afirma que o Conselho Estadual de Direitos Humanos e as ONGs não procuraram o governo para receber informações sobre as providências que garante que estão sendo tomadas. As medidas constam do termo de compromisso firmado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em 2009 fez um mutirão e visitou o Estado. Na ocasião, determinou, entre outras ações, a criação de novas vagas no sistema prisional e a eliminação das celas metálicas (veja detalhes no quadro ao lado).

Souza argumenta que não tem havido espaço para diálogo entre o conselho e governo. Com o encontro, ele espera que haja pressão internacional para soluções sobre o assunto. Roncalli disse que vai apresentar todo o planejamento do governo para mudar a situação do sistema prisional, o compromisso firmado com o CNJ e demonstrar os investimentos de R\$ 386,1 milhões nos últimos três anos, o que, para o secretário, são provas de que as medidas estão sendo tomadas.

“Só quem pensa que as 4 mil vagas que serão abertas resolvem o problema é que pensa que está tudo bem”

BRUNO DE SOUZA
CONSELHO DE D. HUMANOS

São Paulo e Brasília já foram alvo de sanções

■ Organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) já moveram sanções contra outros Estados brasileiros por considerarem que neles ocorreram violação dos direitos humanos. Denúncias de maus-tratos a menores infratores provocaram protestos oficiais por parte da OEA contra os governos de São Paulo e Brasília. A mesma OEA já apontou, por diversas vezes, as péssimas condições dos presídios paulistas. Mas as ações não se prendem a questões prisionais. Em outubro de 2006, comissão da OEA condenou o Brasil em um caso de racismo. O relatório determinava que o governo reconhecesse o erro, pagasse uma indenização (não estipulada) e reabrisse o caso. Com forte caráter político e diplomático - por conta do desgaste enfrentado por quem é denunciado -, as sanções têm efeitos práticos limitados. Mas não inexistentes. Em 2001, a OEA relatou o caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima da violência do marido. Hoje, Maria da Penha dá nome à lei que trata de maus-tratos sofridos pelas mulheres.

O acordo entre CNJ e Estado

Confira detalhes do que o conselho e o governo acertaram

CRIAÇÃO DE VAGAS

Para adultos: 2.872 nos Centros de Detenção Provisória (da Serra, de Guarapari, de São Mateus e de Colatina), além do novo pavilhão da Cascuvi e da Penitenciária de São Mateus). E até agosto deste ano, com recursos do governo federal e cerca de 30% de contrapartida do Estado, outras 2.715 vagas devem ser abertas, algumas na penitenciária feminina (225 vagas) e em uma unidade provisória para mulheres

Para adolescentes: 300 novas vagas até este mês. Duas unidades em Cachoeiro e duas em Linhares devem ter partes construídas e/ou reformadas



FIM DAS CELAS METÁLICAS

Todas as celas metálicas devem ser desativadas até agosto deste ano

OBRAS

Previstas na Penitenciária Agrícola (já pronta), na de Jovem Adulto em Linhares (até outubro deste ano) e no CDP de Viana

Delegacias: As de Conceição da Barra, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, Jaguaré, Baixo Guandu, Pinheiros e Piúma devem ser reformadas até dezembro deste ano

CRIAÇÃO DE VAGAS

Saúde: O atendimento na Cascuvi deve ser intensificado. Atenção especial para DPJs de Vila Velha, Argolas, Jardim América, Novo Horizonte e São Mateus. Em até 72 horas após a assinatura do termo, os estabelecimentos deveriam ser limpos e higienizados

Proteção: Presos que estejam sendo ameaçados devem ser transferidos de unidades

Concursos: Contratação de 1.083 agentes penitenciários, de 35 novos defensores públicos e de seis médicos psiquiatras

Convênios: Apoio de faculdades para atendimentos jurídico, psicossocial e de medicina legal



Novo Horizonte. Inspeção também detectou ratazanas, alimentação podre e esgoto a céu aberto
CNJ: Estado descumpre acordo e mantém presos em contêineres

DIA A DIA SEGUROANÇA
Belo Horizonte. Rodney Miranda garantiu que situação será resolvida até fim do governo Paulo Hartung

100 pessoas são presas por semana, mas só há vaga para 40



Secretário de Segurança afirma que inspeção de unidades carcerárias agravou problema

Serra. Condições de presos alojados no contêiner serão avaliadas
Cela micro-ondas: detentos devem ser transferidos em 24h

Dezenove presos escapam de presidio

Sinal amarelo. Até mesmo os CDPs, criados para resolver problema, já estão chegando ao limite
Investimento em presídios ainda não acaba com superlotação

POR QUE AS CADEIAS CHEGARAM A ESTE PONTO



Relatório do CNJ já foi detalhado por A GAZETA

■ O relatório sobre a situação das cadeias no Espírito Santo, elaborado por representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) após visita ao Estado no ano passado, já foi objeto de reportagens de A GAZETA e também de outros veículos da Rede Gazeta. Numa dessas matérias, o jornal publicou que o relatório informava sobre problemas em todos os dez locais inspecionados pelo CNJ. Foram constatados superlotação, insalubridade, carência assistencial e falta de disciplina nas unidades. Em uma de suas petições, apresentada em abril do ano passado, o então presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Sérgio Salomão Chacira, entre outras medidas, usou material publicado por A GAZETA para embasar pedido de medida judicial apresentado ao Tribunal de Justiça, a fim de que fossem tomadas providências a respeito das celas metálicas. No final de semana e ontem, leitores entraram em contato com a Redação questionando o fato de A GAZETA não ter publicado o artigo de Elio Gaspari sobre o caso. Nele, o jornalista recupera fatos apontados pelo relatório - já relatados por A GAZETA - e fala sobre o questionamento que será levado por Organizações Não-Governamentais à reunião da ONU. Gaspari é colunista dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. Seus textos são publicados no Espírito Santo, mas não por A GAZETA.

Secretário: delegacias sem detentos dentro de um ano

A expectativa é sobre detentos em delegacias da Grande Vitória; no interior, levará mais tempo

■ O secretário estadual de Justiça, Ângelo Roncalli, disse que a presença de presos provisórios em delegacias, pelo menos na Grande Vitória, será uma situação do passado em, no máximo, um ano. Segundo Roncalli, essa questão está no acordo firmado com o Conselho

Nacional de Justiça (CNJ). “Com certeza absoluta, nós seremos um dos primeiros Estados a cumprir essa meta do CNJ de preso zero em delegacias. Nós acreditamos que, aqui na Grande Vitória, até março do ano que vem, a gente não vá ter nenhum preso em delegacia”, garantiu o secretário. No interior, essa situação deve levar um pouco mais de tempo, admitiu o secretário. As celas metálicas que ficaram conhecidas nacionalmente no Estado depois de denún-

cias de órgãos de direitos humanos também têm prazo para acabar, segundo o secretário. Roncalli garante que as determinações do CNJ como essa sobre as celas metálicas serão todas cumpridas. “Nós havíamos dito que iríamos inaugurar prisões em Guarapari, Serra, Colatina, São Mateus, e tudo isso foi cumprido. Dissemos ao CNJ que as celas metálicas de Novo Horizonte iriam acabar, e acabamos com elas. Em Cariacica, o prazo é agosto e será cumprido”, garantiu Roncalli.

Críticas incluem novas prisões

■ A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Espírito Santo informou que vai pedir informações ao Ministério Público Estadual (MPES) e à Secretaria de Justiça (Sejus) sobre o que foi feito para apurar as denúncias de violações de direitos humanos no sistema prisional do Estado. Na página da OAB-ES na internet, o presidente Homero Mafra disse que a Ordem já havia cobrado apuração das denúncias dos Direitos Humanos. Mafra também criticou o manual de procedimentos da Sejus, que, segundo ele “avilta a dignidade humana e afronta vários dispositivos da Lei de Execução Penal”. O presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Bruno de Souza, também criti-

cou o modelo adotado pela Secretaria de Justiça para as novas prisões, avaliando que as regras adotadas atualmente - de comunicação limitada, regime diferenciado, etc. - também violam os direitos humanos. O secretário estadual de Justiça, Ângelo Roncalli, garante que as novas regras estão dentro da lei e que mantém um canal de diálogo aberto com a OAB-ES para discutir essas questões. “Num passado recente, não se tinha regra nenhuma. As regras que funcionavam eram as deles (presos). Hoje, estamos num processo de organização e imposição de regras. No início foi muito difícil, e hoje muita coisa já foi absorvida pelos presos”, concluiu.

CNJ aprova mudanças no sistema penal

■ Para desmontar parte das bombas-relógio do sistema penal brasileiro - que hoje tem 209.126 presos provisórios -, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve aprovar hoje uma série de propostas para reformar a política de cumprimento de penas no país. No pacote de sugestões a serem encampadas pelo CNJ está o monitoramento eletrônico de presos, a negociação de penas e o pagamento de fiança para todo tipo de crime. Para começar a valer, parte das medidas depende de aprovação pelo Legislativo. Para o ministro Gilmar Mendes, que preside o CNJ e o Supremo Tribunal Federal, o plano de gestão “é mais um resultado positivo do mutirão carcerário, que revelou uma série de falhas na Justiça criminal do país”.